PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA
105
C.P.L

ID: 7938144647754

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.1004/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ - PI**, por sua **SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO**, situada na Rua João Santos, 133, Centro, Caxingó-PI, inscrito no CNPJ nº 01.612.618/0001-75, representado pela Exmª. Srª Silmara Cristina Cardoso dos Santos, portadora do CPF nº 014.950.773-90, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ-PI,** especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 002/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: A. C. J. DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 27.248.296/0001-10
ENDEREÇO: Rua Projetada, Nº 120, Bairro Parque Piauí I, CEP: 65.636-450, Timon – MA
REPRESENTANTE: Francisco de Assis Cavalcante Lima

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMISA DE MALHA PV BRANCA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO A4 FRENTE E VERSO.	480	R$ 44,40	R$ 17.760,00
2	CAMISA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA A4 FRENTE E VERSO.	400	R$ 38,54	R$ 15.416,00
3	CAMISA GOLA POLO DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	200	R$ 57,40	R$ 11.480,00
4	CAMISA DE MALHA PP COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL, FRENTE, COSTA E MANGAS.	250	R$ 29,73	R$ 7.432,50
5	CONJUNTO DE CALÇA E BLUSA DE BRIM COM FAIXA REFLETIVA COM PINTURA EM SERIGRAFIA AGENTE DE LIMPEZA	50	R$ 94,30	R$ 4.715,00
6	BONÉS DE BRIM COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	100	R$ 22,06	R$ 2.206,00

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7	COLETE DE OXFORD COM FITA REFLETIVA E PINTURA EM SERIGRAFIA PARA O SEGURANÇA	50	R$ 101,68	R$ 5.084,00
8	CAMISA EM TECIDO COM BORDADO NO PEITO.	25	R$ 52,40	R$ 1.310,00
9	CONJUNTO CALÇA DE BRIM DE ELÁSTICO COM BLUSAS MANGA COMPRIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	15	R$ 55,88	R$ 838,20

LOTE II

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMISA DE MALHA PV BRANCA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO A4 FRENTE E VERSO.	1000	R$ 37,32	R$ 37.320,00
2	CAMISA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA A4 FRENTE E VERSO	1000	R$ 19,47	R$ 19.470,00
3	CAMISA DE MALHA PP COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃOTOTAL, FRENTE, COSTA E MANGAS	250	R$ 38,25	R$ 9.562,50
4	COLETES DE ELANQUINHA COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	100	R$ 23,16	R$ 2.316,00
5	BLUSA GOLA PÓLO DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA FRENTE E VERSO.	200	R$ 37,57	R$ 7.514,00
6	AVENTAL DE NAPA TAMANHOS ADULTO COM PINTURA EMSERIGRAFIA.	50	R$ 33,45	R$ 1.672,50
7	CONJUNTO DE BRIM BRANCO CALÇA E BLUSA MANGA COMPRIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	50	R$ 56,95	R$ 2.847,50
8	CONJUNTO DE BRIM BRANCO CALÇA E BLUSA MANGA CURTA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	50	R$ 38,25	R$ 1.912,50
9	CONJUNTO DE EQUIPAGEM COMPOSTO POR 15 CALÇÃO E 15 BLUSAS COM PINTURA E NUMERAÇÃO. ADULTO.	20	R$ 4.845,00	R$ 96.900,00
10	TOUCA DE BRIM BRANCA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	50	R$ 15,00	R$ 750,00
11	BONÉS DE BRIM COM PINTURA EM SERIGRAFIA	100	R$ 34,94	R$ 3.494,00
12	CAMISA EM TECIDO COM BORDADO NO PEITO.	25	R$ 66,47	R$ 1.661,75

LOTE III

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONJUNTO FARDAMENTO ESCOLAR (CRECHE E EDUCAÇÃO INFANTIL), COMPOSTO POR: - 01 CAMISETA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL E 01 SHORT DE ELANCA COLORIDO COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	1000	R$ 67,01	R$ 67.010,00
2	CONJUNTO DE FARDAMENTO ESCOLAR (1º AO 5º ANO), COMPOSTO POR: 01 CAMISA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL E 01 CALÇA DE HELANCA COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	1000	R$ 79,52	R$ 79.520,00

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3	CONJUNTO FARDAMENTO ESCOLAR (6º AO 9º ANO), COMPOSTO POR: 01 CAMISA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL E 01 CALÇA DE HELANCA COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	1000	R$ 90,00	R$ 90.000,00
4	CAMISA FARDAMENTO ESCOLAR DE MALHA PV BRANCA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO A4 FRENTE E VERSO.	1000	R$ 80,74	R$ 80.740,00

LOTE IV

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMISA DE MALHA PV BRANCA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO A4 FRENTE E VERSO.	500	R$ 19,36	R$ 9.680,00
2	CAMISA DE GOLA POLO DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	200	R$ 27,10	R$ 5.420,00
3	CAMISA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA A4 FRENTE E COSTA.	500	R$ 16,24	R$ 8.120,00
4	CAMISA DE MALHA PP COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL, FRENTE, COSTA E MANGAS	250	R$ 21,30	R$ 5.325,00
5	LENÇOL LONA DE PERCAL COLORIDO, COM ELASTICOS E PINTURA EM SERIGRAFIA. TAMANHO: 2,40 X 1,25 MT.	100	R$ 40,30	R$ 4.030,00
6	LENÇOL DE PERCAL COLORIDO, COM PINTURA EM SERIGRAFIA. TAMANHO: 2,30 X 1,60 MTS.	100	R$ 46,75	R$ 4.673,00
7	FRONHA PARA TRAVESSEIRO COM PINTURA EM SERIGRAFIA	80	R$ 19,54	R$ 586,20
8	BONÉS DE BRIM COM SERIGRAFIA DO PROJETO.	50	R$ 24,99	R$ 1.249,50
9	BOLSA DE LONA DE ALTA RESISTENCIA (LONA DE CAMINHÃO), COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	50	R$ 72,73	R$ 3.636,50
10	CHAPÉUS DE BRIM COM ABA COM SERIGRAFIA PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.	25	R$ 52,18	R$ 1.304,50
11	COLETE OXFORD COM FITA REFLETIVA E PINTURA EM SERIGRAFIA.	50	R$ 48,00	R$ 2.440,00
12	CAPAS DE CHUVAS TECIDO NYLON.	25	R$ 18,22	R$ 455,50
13	CAMISA EM TECIDO COM BORDADO NO PEITO.	25	R$ 72,25	R$ 1.806,25

LOTE V

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMISA DE MALHA PV BRANCA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO A4 FRENTE E COSTA.	500	R$ 19,87	R$ 9.935,00
2	CAMISA DE MALHA PV COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA A4 FRENTE E COSTA.	500	R$ 20,94	R$ 10.470,00

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3	BOLSA DE LONA DE ALTA RESISTENCIA (LONA DE CAMINHÃO), COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	30	R$ 110,34	R$ 3.310,20
4	CAMISA DE MALHA PP COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL, FRENTE, COSTA E MANGAS	200	R$ 26,32	R$ 5.264,00
5	CAMISA MANGA LONGA ALGODÃO PINTURA FRENTE	200	R$ 22,36	R$ 4.472,00
6	BONÉS DE BRIM COM PINTURA EM SERIGRAFIA.	30	R$ 23,74	R$ 712,20
7	CAMISETA INFANTIL MANGA CURTA PINTURA FRENTE E COSTA	300	R$ 29,63	R$ 8.889,00
8	CAMISETA BABY LOOK PINTURA FRENTE E COSTA	300	R$ 32,12	R$ 9.636,00
9	COLETES DE ELANQUINHA COLORIDA COM PINTURA EM SERIGRAFIA	50	R$ 12,98	R$ 809,40
10	BLUSA REGATA TECIDO ELANCA	300	R$ 12,90	R$ 3.870,00
11	CAMISA GOLA POLO PINTURA FRENTE E COSTAS	500	R$ 27,95	R$ 13.975,00

LOTE VI

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CAMISA DE MALHA PV BRANCA COM PINTURA EM SUBLIMAÇÃO A4 FRENTE E COSTA	50	R$ 36,12	R$ 1.806,00
2	CONJUNTO DE EQUIPAGEM COMPOSTO POR 15 CALÇÃO E 15 BLUSAS COM PINTURA E NUMERAÇÃO. ADULTO.	30	R$ 497,20	R$ 14.916,00
				Valor Total: R$ 655.303,70

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o município de CAXINGÓ-PI.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

(Continua na página seguinte)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA
106
DIÁRIO OFICIAL DAS PREFEITURAS PIAUIENSES

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Dos limites para as adesões

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal da transparência.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata

tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

(Continua na página seguinte)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA
101

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,

observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

CAXINGÓ-PI, 11 DE ABRIL DE 2024.

SILMARA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Representante legal da CONTRATANTE

A. C. J. DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 27.248.296/0001-10
Responsável legal da CONTRATADA

ID: 4A5CA65DE6DF4

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ - PI

EXTRATO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO:PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024.**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS, POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ-PI. **FUNDAMENTO:** LEI Nº 10.520/2002 E DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019. **EMPRESA VENCEDORA:** A. C. J. DISTRIBUIDORA LTDA, **CNPJ/MF Nº**27.248.296/0001-10.**DATA DA HOMOLOGAÇÃO:**10/04/2024.**AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU O CERTAME:**MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS.**CARGO:** PREFEITO MUNICIPAL. **CONTRATO Nº** 01.1104/2024.**VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R$655.303,70(SEISCENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL TREZENTOS E TRES REAIS E SETENTA CENTAVOS).**DATA DE ASSINATURA:**11/04/2024.**VIGÊNCIA:**31/12/2024.**FONTE RECURSO:**500, 550,600.